

CICLO DE ESTUDOS: **COMUNICAÇÃO EM DESPORTO**

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR: **UNIVERSIDADE DA MAIA**

UNIDADE ORGÂNICA: **DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO**

NÚMERO PROCESSO: **NCE/24/2400310**

GRAU: **MESTRE**

DECISÃO: **NÃO ACREDITAR**

DATA PUBLICAÇÃO: **2025-01-30**

DECISÃO DO CA

DECISÃO:

Não acreditar

FUNDAMENTAÇÃO EM PT:

O Conselho de Administração decide não acreditar o ciclo de estudos, em concordância com a fundamentação e a recomendação da Comissão de Avaliação Externa. O ciclo de estudos proposto apresenta várias fragilidades, que colocam em causa o cumprimento das alíneas do número 1, do artigo 15º do Decreto-Lei nº 65/2018 de 16 de agosto, nomeadamente no que se refere ao desenho do curso que apresenta propósitos demasiado abrangentes, nos seus objetivos e no seu plano, comprometendo a coerência do projeto e dos resultados. Para além disso, o corpo docente desenvolve pesquisa fora da Universidade da Maia e não apresenta investigação interdisciplinar, e os docentes coordenadores não apresentam formação, nem investigação na área do ciclo de estudos proposto, não garantindo o cumprimento das alíneas c) e d) do número 2, do artigo 16º do Decreto-Lei nº 65/2018 de 16 de agosto.

FUNDAMENTAÇÃO EM EN:

The Management Board decides not to accredit the study programme, in agreement with the justification and recommendation of the External Assessment Team. The study programme has several issues, which compromise compliance with paragraphs of number 1 of article 15 of Decree-Law no. 65/2018 of 16 August, in particular with regard to the course design, which presented overly broad purposes in its objectives and plan, thereby compromising the coherence of the project and its outcomes. Furthermore, the teaching staff carries out research outside the University of Maia and it does not present interdisciplinary research, and the coordinating teachers do not present training or research in the area of the proposed study programme, which does not guarantee compliance with paragraphs c) and d) of number 2, of article 16 of Decree-Law no. 65/2018 of 16 August.